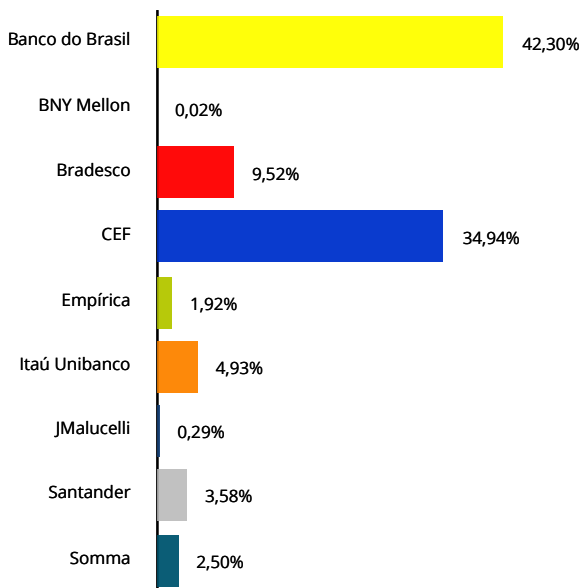


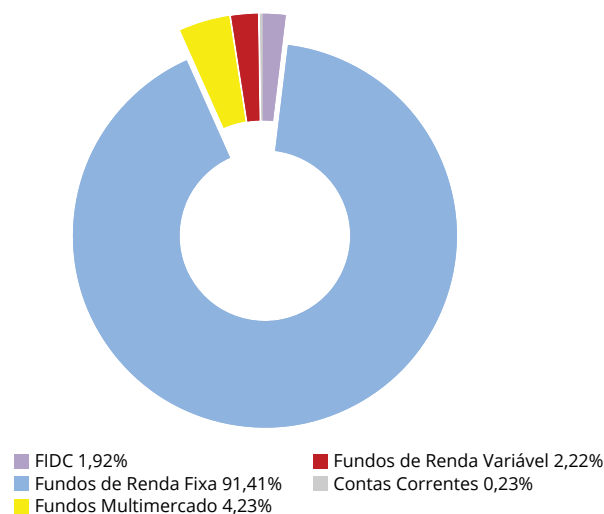
Os recursos do IPRESANTOAMARO são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



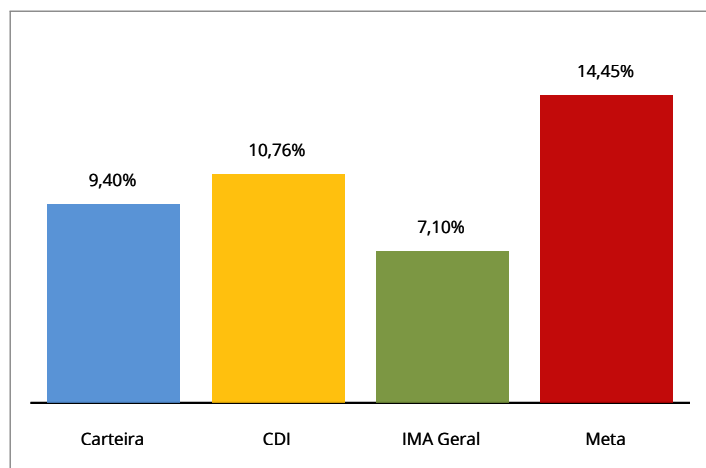
Distribuição da Carteira por Segmento



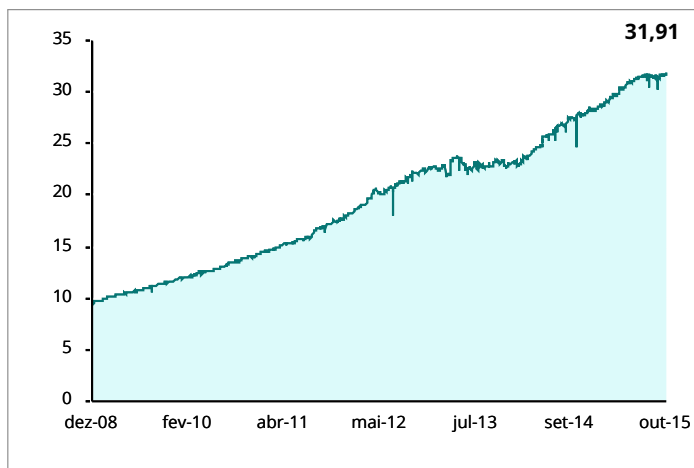
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IPRESANTOAMARO	1,74%	9,40%	11,08%
CDI	1,11%	10,76%	12,85%
IMA Geral	1,60%	7,10%	8,46%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	1,26%	14,45%	16,98%

Carteira x Indicadores em 2015



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IPRESANTOAMARO tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.



Análise Macroeconômica

O Comitê de Política Monetária do Banco Central americano efetivamente manteve sua taxa de juros estável na reunião de outubro, em linha com o que esperava todo o mercado. Nesta reunião, não houve a divulgação de projeções dos membros do FOMC, nem entrevista coletiva da Presidente do Fed (ocorrem em uma a cada duas reuniões). Todo o foco ficou sobre o comunicado do FOMC, que trouxe uma surpresa: citou explicitamente a reunião de dezembro como uma possibilidade para aumentar a taxa de juros, afirmando que a elevação nesta data dependeria do “progresso – realizado e esperado – na direção de seus objetivos de máximo emprego e inflação de 2% ao ano”. Os resultados do mercado de trabalho divulgados no início de novembro vieram muito melhores que o esperado, o que colocou dezembro como o centro das apostas de elevação de juro. De fato, antes desta divulgação estávamos considerando que o aumento poderia ficar para 2016. No entanto, dados tão positivos não podem ser ignorados. Por isso, esperamos que na reunião de meados de dezembro a taxa básica de juros americana será elevada. Vale mais uma vez lembrar que, em nossa opinião, o BC americano deveria aguardar até 2016.

Na Área do Euro, o mês de outubro foi tranquilo. Os dados de emprego melhoraram na margem, mas a inflação na região permanece muito baixa. Além disso, em seus discursos, o Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, sinalizou algumas vezes, de maneira bem clara que poderia aprofundar seu programa de relaxamento monetário. Assim, acreditamos que na reunião do BCE de dezembro, Draghi anuncie que deve estender o programa por mais seis meses além de setembro de 2016 (atual data para a finalização deste programa).

Na China, o Partido Comunista se reuniu nos últimos dias do mês para definir a meta de crescimento do país para o quinquênio de 2016 a 2020. Após a reunião, inicialmente o Partido declarou que só anunciaria a meta em 2016. Apesar disso, seu Primeiro Ministro a anunciou: 6,5% de crescimento ao ano, em linha com o esperado por nós e por praticamente todo o mercado. O crescimento a esta taxa seria suficiente para dobrar a renda per capita no período, mas, em nossa visão, não deve ser cumprida a partir de 2017, quando muito provavelmente o governo chinês precisará revê-la.

Na carta do último mês, listamos algumas medidas estruturantes necessárias para que o país tivesse condições de realizar um ajuste fiscal duradouro e, assim, pudesse voltar a crescer de maneira sustentável com a inflação sob controle. Tais medidas, altamente impopulares, ainda parecem bastante distantes de serem realizadas. Como consequência, fomos obrigados, mais uma vez, a revisar para baixo nossas expectativas para a economia brasileira. Agora esperamos uma retração de 3,3% do PIB neste ano, seguida por uma nova retração de 2,5% em 2016 e por um ano de estabilidade (crescimento zero) em 2017. A inflação de 2015 deve chegar a 10%, mantendo-se elevada em 2016, para quando esperamos 7%. Para os anos seguintes, projetamos 6% de inflação de 2017 em diante. Estamos passando pela pior recessão da história do país, que deve se estender até, ao menos, 2021.

A situação é muito grave, mas não parece ser suficiente para compadecer o setor político. O único fator positivo que podemos apontar é que esta crise é bastante diferente das demais pelas quais o país passou: hoje qualquer economista minimamente bem formado, informado e bem intencionado entende o que precisa ser feito. As outras crises brasileiras eram marcadas por uma completa dúvida sobre o que precisaria ser feito para solucionar a situação do país.

Os passos mais importantes são, em primeiro lugar, o corte de gastos do governo até se alcançar um superávit de 3% do PIB – incluindo-se neste ponto a reforma da previdência, a revisão da concessão de benefícios sociais e a revisão de direitos de servidores. Neste meio tempo, deve ser necessário um período de aumento de tributos. Em segundo lugar, o controle da inflação de maneira rígida e sem artificialismos, como congelamento de preços e intervenções diárias na taxa de câmbio. Depois, prosseguir com a agenda do crescimento com três pontos essenciais: a realização de acordos comerciais com outros países, concessões de ativos públicos e uma reforma tributária que evite a guerra fiscal entre os estados.

O Ministro da Fazenda Joaquim Levy conhece este caminho e vem se empenhando de maneira árdua para realizar tais mudanças. É necessário deixá-lo fazer seu trabalho.



Renda Fixa

Outubro foi um mês em que o cenário político-econômico mundial e nacional apresentou mais do mesmo, como pode ser evidenciado no texto anterior. No Brasil, a reforma ministerial deu certo fôlego ao governo, mas os nossos problemas estão muito longe de serem resolvidos. Pelo simples fato de não termos nenhum fator significativo de aumento de risco, o mês mostrou uma “calmaria” nos mercados.

No Brasil, as curvas de juros de curto e de longo prazos tiveram comportamentos diferentes. Os juros de curto prazo (FUT DI1 F17, vencimento janeiro/2017) caíram -0,83%, o vértice abriu o mês a 15,60% a.a. e fechou em 15,47% a.a. O Presidente do Banco Central reafirmou que as taxas de mercado não servirão de referência para política monetária, e o mercado entendeu que a pressão de alta não faria preço para o Bacen. Dado o horizonte ainda nebuloso do Brasil, o movimento de aversão ao risco continuou pressionando os vencimentos de longo prazo (FUT DI1 F21, vencimento janeiro/2021, por exemplo). O vértice abriu o mês em 15,6% e fechou em 15,95%, com alta de 2,24%. O movimento mais lateral dos juros colaborou para um mês positivos dos indicadores de renda fixa. O IMA-B fechou com uma alta de 2,58% e o IRF-M com alta de 0,92%. O CDI apresentou variação de 1,108% no mês de outubro.

A moeda americana devolveu parte dos ganhos do mês anterior, fechando com queda de 2,87%, mas ainda subindo 45,3% no ano. Os principais fatores que colaboraram para esse comportamento da moeda foram as intervenções do Bacen no mercado de câmbio e o não aumento das taxas de juros dos Estados Unidos na reunião de outubro. A moeda americana abriu o mês em R\$ 3,9729 e fechou em R\$ 3,8589.

O que temos de certo no ambiente internacional é um menor ritmo de crescimento das maiores economias do mundo. Já no Brasil, a indefinição da política fiscal ainda parece um câncer em estado avançado, que pode chegar ao seu estado terminal quando a nossa relação dívida/PIB bater a casa dos 70% (gatilho para mais rebaixamento da nossa classificação de risco). Até lá, é mais volatilidade na veia. Aguenta coração!

Renda Variável

Percebemos uma mudança em relação aos meses anteriores, no que diz respeito ao contexto de renda variável. À medida que as empresas começaram a apresentar seus resultados, ficou nítido que o cenário deste trimestre será pautado pela busca de redução da inadimplência, cortes de custos para compensar a diminuição das margens, adequação das dívidas e alavancagem. Ou seja, estará melhor quem se proteger melhor. Na Bovespa, o resultado do final do mês não descreve efetivamente o seu decurso. O índice chegou a subir 8,60%, motivado pelo fluxo de compra dos estrangeiros. Porém, o otimismo da primeira quinzena foi praticamente anulado no momento que nos deparamos com as imensas dificuldades do país em implementar o ajuste fiscal.